

As Bibliotecas e os Centros de Documentação como catalisadores do ensino e da Agenda 2030

Libraries and Documentation Centers as Catalysts for Education and the 2030 Agenda

Las Bibliotecas y los Centros de Documentación como Catalizadores de la Enseñanza y la Agenda 2030

Francisco Leandro Castro Lopes*, Patrícia Schneider**, Neli Teresinha Galarce Machado***

Resumo

Este artigo analisa o papel de bibliotecas universitárias e centros de memória como instituições de patrimonialização e gestão do conhecimento, articulando memória institucional, regional e social. A pesquisa parte da compreensão de que bibliotecas e centros de documentação, tradicionalmente percebidos como depósitos de livros e documentos, operam como espaços dinâmicos, fundamentais para ensino, pesquisa, extensão e democratização do acesso à informação. O estudo focaliza duas instituições brasileiras com contextos distintos: a Biblioteca do Instituto Federal do Ceará (IFCE), localizada no Nordeste, e o Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências Univates, no interior do Rio Grande do Sul. A abordagem metodológica é qualitativa e analítica. Os dados foram interpretados à luz de princípios da Documentação e da Ciência da Informação, permitindo identificar categorias relacionadas à gestão da memória, circulação da informação e patrimonialização. Os resultados indicam que ambas as instituições integram funções de suporte ao ensino, pesquisa e extensão, promovendo acesso diversificado a informações e fortalecendo processos de investigação científica. A atuação dessas unidades conecta-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacando-se na educação de qualidade, redução de desigualdades, promoção da igualdade de gênero, inovação e desenvolvimento regional, consolidando bibliotecas e centros de memória como espaços estratégicos para produção de conhecimento e engajamento social.

Palavras-chave: Documentação; Acervos; Instituições de Ensino; Memória.

Abstract

This article examines the role of university libraries and memory centers as institutions of patrimonialization and knowledge management, articulating institutional, regional, and social memory. The study begins from the understanding that libraries and documentation centers, traditionally perceived as repositories of books and documents, function as dynamic spaces essential for teaching, research, extension, and the democratization of information access. The research focuses on two Brazilian institutions in distinct contexts: the Library of the Federal

* Doutor em Ciências (UNIVATES). Bibliotecário (IFCE), Fortaleza, Ceará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1688-4229>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8037053784881136>. leandro.lopes@ifce.edu.br.

** Mestre em Patrimônio Cultural (UFSM). Coordenadora do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa Univates (UNIVATES), Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil. <https://orcid.org/0009-0001-6727-9793>. <http://lattes.cnpq.br/3050916074285242>. pcissas@univates.br.

*** Doutora em Arqueologia (USP). Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD/UNIVATES), Lajeado, Rio Grande do Sul, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1209-5353>. <http://lattes.cnpq.br/6666207712034183>. ngalarce@univates.br.



Institute of Ceará (IFCE), located in the Northeast, and the Center for Memory, Documentation, and Research of the Univas Museum of Sciences, in the interior of Rio Grande do Sul. The methodological approach is qualitative, exploratory, and diachronic. Data were interpreted through the lens of Documentation and Information Science principles, identifying categories related to memory management, information circulation, and patrimonialization. Results indicate that both institutions integrate functions supporting teaching, research, and extension, promoting diversified access to information and strengthening scientific investigation processes. Their activities connect directly with the United Nations Sustainable Development Goals, particularly quality education, reduced inequalities, gender equality, innovation, and regional development, establishing libraries and memory centers as strategic spaces for knowledge production and social engagement.

Keywords: Documentation; Collections; Educational Institutions; Memory.

Resumen

Este artículo analiza el papel de las bibliotecas universitarias y los centros de memoria como instituciones de patrimonialización y gestión del conocimiento, articulando la memoria institucional, regional y social. La investigación parte de la comprensión de que las bibliotecas y los centros de documentación, tradicionalmente percibidos como depósitos de libros y documentos, funcionan como espacios dinámicos, esenciales para la enseñanza, la investigación, la extensión y la democratización del acceso a la información. El estudio se centra en dos instituciones brasileñas en contextos distintos: la Biblioteca del Instituto Federal de Ceará (IFCE), ubicada en el Nordeste, y el Centro de Memoria, Documentación e Investigación del Museo de Ciencias de Univas, en el interior de Rio Grande do Sul. El enfoque metodológico es cualitativo, exploratorio y analítico. Los datos se interpretaron a la luz de los principios de la Documentación y la Ciencia de la Información, identificando categorías relacionadas con la gestión de la memoria, la circulación de la información y la patrimonialización. Los resultados indican que ambas instituciones integran funciones de apoyo a la enseñanza, la investigación y la extensión, promoviendo acceso diversificado a la información y fortaleciendo los procesos de investigación científica. Su actuación se conecta con los Objetivos de Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas, destacándose en educación de calidad, reducción de desigualdades, igualdad de género, innovación y desarrollo regional, consolidando bibliotecas y centros de memoria como espacios estratégicos para la producción de conocimiento y la participación social.

Palabras clave: Documentación; Colecciones; Instituciones Educativas; Memoria.

Introdução

As bibliotecas, os centros de memória e as unidades de documentação, tradicionalmente vistos como meros depósitos de livros e documentos, configuram-se, na realidade, como instituições dinâmicas e politicamente situadas, fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Como organizações vivas, sofrem interferências diárias nos processos de trabalho, o que exige constante adaptação de suas estruturas organizacionais e de serviços às demandas da chamada sociedade da informação.

A literatura da área evidencia que, desde o final do século 19, consolidou-se na Europa uma corrente teórica e prática profícua, a Documentação, que, ao enfatizar a representação e o acesso ao conteúdo dos documentos, constituiu-se como um dos fundamentos históricos da Ciência da Informação. Apesar de sua relevância, a Documentação é ainda pouco conhecida no

Brasil, onde predomina a tradição da Biblioteconomia e, posteriormente, a ampliação conceitual trazida pela Ciência da Informação, sobretudo em sua vertente estadunidense do século XX. Essa lacuna produz indefinições terminológicas e invisibiliza práticas profissionais que, mesmo sem nomear-se documentalistas, operam a partir de princípios dessa tradição.

A relação entre Biblioteconomia e Documentação, longe de ser meramente semântica, evidencia tensões e complementaridades: a primeira, associada à gestão de acervos e serviços de informação em sentido amplo; a segunda, marcada pela ênfase em processos de organização, memória e identidade. No Brasil, coexistem os três termos, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

Este artigo propõe uma análise descritiva, tomando como lócus de observação as Bibliotecas do Instituto Federal do Ceará (IFCE), localizado no Nordeste brasileiro, e o Centro de Memória e Documentação da Univates, instituição comunitária situada no interior do Rio Grande do Sul. O objetivo é mapear como os princípios da Documentação se manifestam, explícita ou implicitamente, em instituições que se situam em polos distintos, mas complementares: de um lado, a biblioteca acadêmica, mais vinculada à tradição biblioteconômica e às demandas imediatas da sociedade da informação; de outro, o centro de memória, enraizado no contexto regional e na proteção e cuidados de registros culturais, mais próximo da prática documentalista.

A partir do contraste geográfico, institucional e epistemológico, o presente estudo busca produzir subsídios para compreender as funções e reconfigurações da documentação no Brasil, reconhecendo sua relevância histórica e acadêmica. O artigo procura articular o patrimônio cultural brasileiro a partir de duas fontes de análise, integrando experiências de centros de memória e conjuntos de bibliotecas universitárias, de modo a evidenciar suas interações com práticas de patrimonialização, memória e produção de conhecimento.

A escolha da Biblioteca do Instituto Federal Ceará (IFCE) e do Centro de Memória e Documentação da Univates como lócus de análise não é aleatória, mas responde à necessidade de articular práticas documentais e biblioteconômicas em contextos geográficos e institucionais distintos, capazes de evidenciar continuidades e especificidades da área no Brasil.

De um lado, as bibliotecas do IFCE, situada no Nordeste brasileiro, representa o espaço da biblioteca acadêmica tradicional, fortemente voltada ao suporte do ensino, da pesquisa e da extensão, inserida em um cenário marcado por desigualdades sociais e pela pressão de

adequar-se às demandas da chamada sociedade da informação. Nesse contexto, suas práticas apresentam a permanência da tradição biblioteconômica e a apropriação difusa de princípios documentalistas, muitas vezes invisíveis no discurso institucional.

De outro lado, o Centro de Memória e Documentação da Univates, localizado no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Lajeado e vinculado a uma universidade comunitária, exemplifica outro polo: a centralidade da preservação de documentos, da memória institucional e da identidade regional como práticas de educação patrimonial e afirmação cultural. Nesse caso, é possível observar uma vinculação mais direta com a tradição da Documentação europeia, voltada à representação e organização da informação em função da memória social e coletiva.

O contraste entre essas duas realidades, uma situada no Nordeste, em meio às demandas emergentes da sociedade da informação, e outra no Sul, em contexto comunitário e interiorano de preservação identitária, fortalece a abordagem proposta. Ele permite perceber como os fundamentos históricos da Documentação reverberam de modos distintos, mas complementares, em instituições brasileiras contemporâneas. Tal estratégia metodológica, portanto, fornece elementos para mapear a presença da Documentação no país e também para problematizar a diversidade de formas como a informação é institucionalizada, organizada e posta em circulação em contextos sociais desiguais.

Sobre o objetivo desse artigo focamos na análise, em perspectiva crítica, as manifestações e reconfigurações da tradição da Documentação no Brasil, tomando como locus de observação a Biblioteca do Instituto Federal Ceará (Nordeste) e o Centro de Memória e Documentação da Univates (interior do Rio Grande do Sul) e contribuir para o debate teórico da área ao destacar a pertinência da Documentação como categoria analítica capaz de enriquecer a compreensão das unidades de informação no Brasil.

A compreensão das bibliotecas universitárias e dos centros de documentação como espaços estratégicos para o ensino e para a implementação da Agenda 2030 exige um enquadramento teórico que considere a informação como fenômeno social, histórico e político. No campo da Ciência da Informação, autores recentes têm ressaltado que as unidades de informação operam como infraestruturas técnicas de apoio e como dispositivos socioculturais de mediação do conhecimento. Araújo (2018) argumenta que a informação deve ser analisada a partir de suas condições de produção, circulação e uso, uma vez que essas dimensões

apontam disputas simbólicas e assimetrias de poder presentes nos processos informacionais. Tal perspectiva desloca o foco das bibliotecas e centros de documentação de uma função instrumental para uma atuação vinculada à formação crítica e à democratização do acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, a retomada da tradição da Documentação tem se mostrado fundamental para aprofundar a análise dessas instituições. Ortega (2017; 2019) defende que a Documentação constitui uma matriz teórica capaz de articular memória, organização do conhecimento e usos sociais da informação, permitindo compreender os documentos para além de sua materialidade ou função administrativa. Para a autora, bibliotecas e centros de documentação compartilham uma base documental comum, na medida em que ambos operam processos de seleção, representação e patrimonialização do conhecimento, ainda que inseridos em contextos institucionais distintos. Essa abordagem contribui para superar dicotomias tradicionais entre Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação, especialmente no contexto brasileiro.

A noção de memória assume papel central nesse debate. Saldanha (2019; 2021) destaca que a memória documentada constitui um campo de disputas epistemológicas, no qual se definem quais narrativas, saberes e experiências serão preservados e legitimados. Ao tratar bibliotecas e centros de memória como instâncias de construção da memória social, o autor evidencia que essas instituições participam ativamente da produção do conhecimento histórico e científico, influenciando práticas educativas e identidades institucionais e regionais. Essa perspectiva é particularmente relevante para centros de documentação vinculados a universidades comunitárias, cuja atuação se articula diretamente à preservação da memória local e à educação patrimonial.

No âmbito das bibliotecas universitárias, estudos recentes têm enfatizado sua função educativa e formativa. Valentim (2020) e Dudziak (2018) apontam que as bibliotecas do ensino superior configuram-se como espaços de aprendizagem ao longo da vida, nos quais se desenvolvem competências informacionais, científicas e críticas. Para essas autoras, a mediação da informação realizada pelas bibliotecas envolve a orientação, a contextualização e a problematização do uso da informação em processos de ensino, pesquisa e extensão. Tal compreensão reforça o papel das bibliotecas como agentes ativos na formação acadêmica e cidadã.

A patrimonialização do conhecimento emerge como conceito articulador entre memória, educação e documentação. Rodrigues (2024) propõe compreender o livro e os acervos bibliográficos como bens culturais, cujos valores extrapolam a função utilitária e informacional. Segundo a autora, a materialidade dos livros, suas marcas de uso, circulação e organização constituem fontes relevantes para a análise de práticas culturais e educacionais. Essa abordagem amplia o escopo da patrimonialização para além dos arquivos históricos, incorporando bibliotecas universitárias como espaços de preservação de práticas intelectuais e científicas.

No campo dos centros de memória e documentação, pesquisas recentes têm evidenciado sua contribuição para a história da educação e para a construção de identidades institucionais. Arriada, Tambara e Teixeira (2015) já indicavam que os centros de documentação escolar e universitária possibilitam novas leituras sobre currículos, práticas pedagógicas e cultura material escolar, ao disponibilizar fontes diversificadas e sistematizadas. Estudos posteriores aprofundam essa discussão ao relacionar a preservação documental à formação crítica e à produção de conhecimento interdisciplinar, especialmente em contextos regionais e comunitários.

A articulação dessas funções com a Agenda 2030 tem sido objeto de atenção crescente na literatura. Autores como Paletta (2019) e Nunes (2021) destacam que bibliotecas e centros de documentação desempenham papel estratégico na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo no que se refere à educação de qualidade, à redução das desigualdades e ao fortalecimento de capacidades locais. O acesso equitativo à informação, a promoção da inclusão informacional e o estímulo à produção de conhecimento científico e tecnológico são apontados como contribuições diretas dessas instituições para o desenvolvimento sustentável.

Documentos recentes da IFLA (2018; 2023) reforçam essa perspectiva ao reconhecer as bibliotecas como parceiras fundamentais na consecução da Agenda 2030, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e regionais. Ao promoverem acesso à informação confiável, preservarem a memória coletiva e apoiarem processos educativos formais e não formais, bibliotecas e centros de documentação assumem uma dimensão política e social que os posiciona como atores centrais nas estratégias de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a literatura contemporânea converge para a compreensão de que bibliotecas universitárias e centros de documentação são instituições que articulam documentação, memória, educação e desenvolvimento. Ao operarem processos de patrimonialização do conhecimento e mediação da informação, esses espaços contribuem para a formação crítica, para a produção científica e para a construção de sociedades mais informadas e equitativas, alinhando práticas institucionais locais a agendas globais como a Agenda 2030.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, orientada pela perspectiva analítica, a fim de compreender a trajetória histórica da Documentação e suas reverberações em práticas contemporâneas de unidades de informação no Brasil. O recorte empírico compreende duas instituições: a Biblioteca do Instituto Federal Ceará (IFCE), situada no Nordeste brasileiro; o Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências Univates, localizado no interior do Rio Grande do Sul, em uma universidade comunitária, que tem como foco a preservação da memória e identidade institucional e regional.

Os procedimentos metodológicos incluem: análise documental e bibliográfica, levantamento de literatura sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, com ênfase nos debates históricos e epistemológicos (Ortega, 2004; 2009, entre outros). O exame dos documentos institucionais, regulamentos, relatórios de atividades, projetos e materiais de divulgação das duas instituições, buscando compreender como se organizam os processos de informação e memória, a observação indireta das práticas, análise de serviços e produtos oferecidos (repositórios, catálogos, acervos digitais, exposições, projetos de memória), identificando aproximações com princípios da Documentação. E por fim a comparação crítica: cotejo entre os dois casos, visando evidenciar tensões, complementaridades e especificidades de cada instituição no contexto brasileiro.

O tratamento dos dados se dará por meio de análise de conteúdo de caráter interpretativo, permitindo identificar categorias analíticas relacionadas à representação da informação, preservação da memória e circulação de documentos.

A análise dos dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, entendida como um conjunto de técnicas sistemáticas de análise qualitativa que permite a interpretação de comunicações e documentos a partir de categorias analíticas (Bardin, 2016). Adota-se, neste estudo, uma perspectiva qualitativa, de natureza interpretativa e categorial, adequada à análise de documentos institucionais, registros históricos e materiais descritivos produzidos pelas unidades de informação investigadas.

O corpus da pesquisa foi constituído por documentos institucionais, regulamentos, relatórios de atividades, materiais de divulgação, projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como descrições de acervos, serviços e ações educativas desenvolvidas pela Biblioteca do Instituto Federal do Ceará (IFCE) e pelo Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates. Esses documentos foram selecionados por sua relevância para a compreensão das práticas de gestão da informação, da memória e do conhecimento nas instituições analisadas.

A Análise de Conteúdo foi desenvolvida em três etapas complementares. A primeira consistiu na pré-análise, envolvendo leitura flutuante e exploração inicial do corpus, com o objetivo de identificar temas recorrentes relacionados à documentação, memória, ensino e acesso à informação. A segunda etapa correspondeu à exploração do material, na qual foram definidas unidades de registro de natureza temática, permitindo a identificação de regularidades e aproximações entre os documentos analisados. A terceira etapa compreendeu o tratamento dos resultados e interpretação, articulando os achados empíricos aos referenciais teóricos da Documentação e da Ciência da Informação.

As categorias analíticas foram definidas a posteriori, a partir da recorrência temática observada no corpus, destacando-se: (a) patrimonialização do conhecimento, (b) gestão da memória institucional e regional, (c) mediação da informação no ensino, e (d) articulação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essas categorias orientaram a organização e a interpretação dos resultados, permitindo compreender como as práticas das instituições analisadas se alinham a processos educativos, memoriais e de desenvolvimento sustentável.

Assim, a metodologia articula história, teoria e prática para compreender como a Documentação, embora pouco reconhecida como campo no Brasil, manifesta-se e influencia o funcionamento contemporâneo de bibliotecas e centros de memória.

O Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates (CMDPU/MCN/Univates)

O Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates (CMDPU/MCN/Univates) integra-se ao percurso institucional da Universidade do Vale do Taquari, cuja trajetória acompanha transformações ocorridas na região homônima. A Univates teve início em 1969, em Lajeado, como extensão da Universidade de Caxias do Sul, transformando-se em fundação local em 1972 e consolidando-se como instituição própria em 1997, por meio da fusão de faculdades existentes. O credenciamento como Centro Universitário ocorreu em 1999, seguido pelo reconhecimento como Universidade em 2017.

A região do Vale do Taquari, composta por 36 municípios no centro do Rio Grande do Sul, apresenta densidade demográfica superior à média estadual e população majoritariamente descendente de alemães, italianos e açorianos. Nesse contexto, a Univates assume funções que articulam ensino, pesquisa e extensão a práticas de responsabilidade social. A criação do Comitê de Responsabilidade Social e a definição de diretrizes voltadas ao diálogo institucional, à formação cidadã e ao desenvolvimento sustentável inserem a universidade em um processo de integração entre produção de conhecimento e demandas regionais.

O CMDPU foi concebido em 2007 e institucionalizado em 2008, com o objetivo de preservar a memória regional e institucional. Em 2016, passou a integrar o Museu de Ciências, o que permitiu a ampliação de suas linhas de atuação e pesquisa. O Centro reúne acervo superior a 90 mil itens, dos quais 78% correspondem à trajetória da própria Univates. Entre 2007 e 2025, foram desenvolvidas 48 iniciativas apoiadas por editais de fomento, abrangendo pesquisas históricas, programas de educação patrimonial, projetos de preservação documental e assessorias a entidades públicas e privadas.

O Centro de Memória e Documentação da Univates abrange os 37 municípios do Vale do Taquari, território marcado por contrastes demográficos. Municípios como Lajeado, Estrela e Teutônia concentram as maiores populações, configurando-se como polos regionais de serviços, educação e circulação de informações. Em contrapartida, localidades como Coqueiro Baixo, Canudos do Vale e Forquetinha apresentam populações reduzidas, o que evidencia a diversidade de contextos em que o Centro atua. Dessa forma, o CMDPU conecta realidades urbanas mais densas a pequenos municípios interioranos, ampliando o escopo de acesso a registros e práticas de memória em toda a região.

O CMDPU organiza e promove eventos acadêmicos, como seminários, conferências e exposições, além de cursos e treinamentos nas áreas de Arqueologia, Cultura Material, Patrimônio Cultural, História Ecológica, Turismo Cultural, Antropologia, Arquivologia, Restauração de Documentos, História Imaterial, Educação Patrimonial, História Oral e Iconografia. Atua ainda como espaço de difusão do conhecimento, oferecendo consultoria a instituições e empresas em processos de preservação documental e estruturação de acervos, além de fomentar intercâmbios com outras entidades científicas.

Entre as coleções preservadas pelo Centro, destaca-se a Coleção de Livros Regionais, formada por obras que documentam práticas de leitura no Vale do Taquari até a década de 1960. O acervo inclui almanaques, dicionários, revistas de moda e cinema das décadas de 1940 e 1950, assim como textos em alemão, francês e latim, refletindo tradições educacionais da região. A coleção está aberta à consulta e à pesquisa, constituindo fonte para estudos sobre cultura letrada regional.

As ações educativas do CMDPU envolveram aproximadamente 5.500 pessoas ao longo de dezoito anos, em atividades como visitas guiadas, oficinas e consultas ao acervo. A visita guiada inicia com a apresentação da exposição *Ocupação humana no tempo e espaço*, na qual, por meio de maquetes, estão representados os diferentes grupos que habitaram o atual território do Rio Grande do Sul e do Vale do Taquari. O objetivo é estudar modos de vida, formas de produção e relações estabelecidas com o ambiente. O visitante tem acesso ao acervo e aos métodos de conservação documental, observando como pesquisadores e historiadores extraem informações das fontes. O CMDPU, localizado na sala 205A do Prédio 9, funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde, com participação mediante agendamento.

A oficina voltada a estudantes introduz o trabalho do historiador e suas fontes, com ênfase na história do Vale do Taquari. Durante a atividade, os participantes conhecem documentos antigos e experimentam técnicas de escrita histórica, como a produção de textos com pena e nanquim.

O CMDPU contribui para a compreensão da história da ocupação do Vale do Taquari, abrangendo desde as populações indígenas até a contemporaneidade. Sua atuação vincula memória e ciência, produzindo informações que servem à gestão universitária, à pesquisa acadêmica e ao registro da história institucional.

As Bibliotecas do Instituto Federal do Ceará (IFCE)

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) constitui-se como herdeiro de uma longa tradição de ensino técnico e tecnológico no Estado do Ceará, trajetória que remonta à criação da Escola de Aprendizizes Artífices em 1909. Ao longo do século XX, a instituição passou por diferentes configurações institucionais e denominações, como Liceu Industrial, Escola Técnica Federal e, posteriormente, Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Cefet/CE), em 1998. A transição para Instituto Federal do Ceará ocorreu em 2008, em consonância com a lei federal que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, reunindo experiências acumuladas no ensino técnico, superior e na extensão.

Essa trajetória implica na capacidade de adaptação e atualização institucional frente às demandas sociais e tecnológicas, consolidando o IFCE como espaço de formação integral e de promoção do desenvolvimento regional. A consolidação de sua missão, visão e valores, revisados em processos participativos que envolveram comunidade acadêmica e órgãos colegiados, evidencia a centralidade atribuída à inclusão, à responsabilidade social, à inovação e à sustentabilidade. A missão institucional orienta-se pela produção, disseminação e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos, com vistas à inserção social, política, cultural e ética dos cidadãos. Sua visão projeta o IFCE como referência nacional em ensino, pesquisa, extensão e inovação, ancorada em princípios de transformação social e desenvolvimento regional.

No campo específico da informação e da memória, as bibliotecas vinculadas ao IFCE constituem um segmento ainda pouco explorado na literatura acadêmica das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Conforme salientam Santos et al. (2018), observa-se uma lacuna de estudos que analisem de forma sistemática as particularidades e singularidades dessas bibliotecas, cuja configuração é recente e diretamente relacionada ao processo de criação dos Institutos Federais em 2008. Embora alguns trabalhos tenham sido desenvolvidos, ainda não há uma consolidação de revisões de literatura que permitam mapear com amplitude suas funções, desafios e potencialidades.

As bibliotecas do IFCE cumprem papel estratégico no apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que se constituem como espaços de acesso democrático à informação, de incentivo à leitura e de preservação da memória institucional. Seu desenvolvimento acompanha as transformações institucionais do IFCE, especialmente a

ampliação da oferta de cursos superiores a partir da década de 1990 e o fortalecimento da pesquisa e da extensão. Assim, tornam-se parte fundamental da infraestrutura acadêmica e da política educacional, integrando o compromisso institucional com a formação cidadã e com o desenvolvimento científico-tecnológico do Ceará.

Em seus 114 anos de existência, o IFCE se consolidou como instituição de ensino de qualidade e se estruturou como rede que articula múltiplos campi, bibliotecas e espaços de produção de conhecimento, conectando memória, informação e inovação. Essa trajetória reforça o papel das bibliotecas como elementos dinâmicos e constitutivos da vida acadêmica, ainda que permaneçam como objeto de estudo a ser aprofundado no campo da pesquisa científica.

A trajetória das bibliotecas dos Institutos Federais acompanha a própria história dessas instituições. Quando ainda funcionavam como Escolas Técnicas ou Agrotécnicas, o perfil das bibliotecas era modesto, próximo ao de bibliotecas escolares, voltadas essencialmente ao suporte do ensino médio e técnico. Já nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a realidade era distinta: em virtude da presença de cursos superiores, suas bibliotecas adquiriram características mais próximas às acadêmicas, com serviços e acervos voltados à pesquisa e ao ensino universitário. santos

Com a criação dos Institutos Federais, a estrutura mudou radicalmente. A instituição passou a ofertar diferentes níveis e modalidades de ensino, equiparando-se em complexidade às universidades e assumindo o compromisso da tríade ensino, pesquisa e extensão. Isso impactou diretamente as bibliotecas, que passaram a atender um público diverso – desde estudantes do ensino médio até pós-graduandos, além da comunidade externa. Essa pluralidade trouxe às bibliotecas um caráter híbrido: ao mesmo tempo escolar, universitário, especializado, comunitário e público. santos

A Lei nº 11.892/2008, ao definir objetivos, modalidades e prioridades de atendimento dos Institutos, também delimitou indiretamente o público das bibliotecas. Assim, ao receber tanto adolescentes em cursos integrados de nível médio quanto jovens e adultos da EJA, as bibliotecas precisaram adaptar-se a perfis etários e formativos bastante diferentes. O mesmo ocorre com os cursos de formação inicial e continuada (FIC), de curta duração, que podem atrair públicos específicos, como professores em capacitação, ou grupos heterogêneos da comunidade em geral.

Além do suporte ao ensino, as bibliotecas também se inserem no campo da pesquisa aplicada e da extensão, colaborando para a difusão de conhecimento científico e tecnológico e para a integração da instituição com a sociedade. Nesse sentido, tornam-se espaços de apoio acadêmico, social e comunitário, reforçando a missão dos Institutos Federais de articular educação, trabalho e desenvolvimento regional. Santos

O IFCE tem por objetivos: ministrar ensino em nível superior de graduação com formação profissional em bacharelado, engenharia e tecnologia; formar professores e especialistas para o ensino médio e profissional de nível técnico; promover cursos de extensão e qualificação profissional e ofertar cursos de pós-graduação, propiciando a realização de pesquisas na área tecnológica. O Instituto é constituído de uma Reitoria, sediada em Fortaleza e 32 *campi*, localizados em todas as regiões do Estado do Ceará.

As bibliotecas do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal do Ceará (SIBI IFCE) estão subordinadas, administrativamente, aos *campi* a que pertencem e, tecnicamente, ao Sistema de Bibliotecas, através da Pró-Reitoria de Ensino/Departamento de Bibliotecas. Foi criado o Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas do SIBI, aprovado através da Resolução 037/Conselho Superior de 29 de junho de 2015, estabelece as normas que regem e orientam as rotinas e os serviços prestados pelas bibliotecas que compõem o SIBI, como também define a estrutura organizacional das Bibliotecas e suas competências.

Atualmente, o SIBI é composto pelas seguintes bibliotecas nos Campi: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Mombaça, Maracanaú, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

A rede de 32 campi do IFCE distribui-se entre grandes centros urbanos, como Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral, e municípios de pequeno porte, como Umirim, Cedro e Tabuleiro do Norte, evidenciando uma capilaridade institucional que conecta contextos populacionais distintos e amplia o alcance das bibliotecas e serviços acadêmicos.

Cabe às bibliotecas integrantes do Sistema definir diretrizes específicas a partir do que estabelece o Regulamento, ajustando-as às suas particularidades institucionais e contextuais. Tal processo é necessário diante das demandas contemporâneas, sobretudo no que se refere ao alinhamento às agendas globais relacionadas à informação e ao conhecimento.

O Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI) é composto por unidades distribuídas em

diversos campi, entre eles, Acaraú, Crateús e Fortaleza, que, embora inseridas em um mesmo marco regulatório, apresentam acervos, estruturas físicas e práticas de organização próprias. O acervo geral encontra-se dividido em impresso e virtual: o primeiro reúne livros, folhetos, obras de referência e outros materiais; o segundo compreende livros da Biblioteca Virtual e trabalhos acadêmicos produzidos nos cursos de graduação e pós-graduação.

Exemplos institucionais evidenciam essa diversidade. No campus de Crateús, o acervo contava, em setembro de 2019, com aproximadamente 9.033 exemplares distribuídos em diferentes áreas do conhecimento, incluindo materiais impressos e digitais. No campus de Acaraú, a biblioteca ocupa 120 m² e reúne publicações em áreas específicas como aquicultura, construção naval, serviço de restaurante e bar, além de literatura nacional e estrangeira. Em ambos os casos, a gestão da informação é realizada pelo Sistema Sophia, que possibilita catalogação, indexação, consultas on-line, reservas e renovações, articulando os serviços de forma integrada.

Assim, o SIBI do IFCE constitui-se como um conjunto de bibliotecas com funcionamento regulado de maneira sistêmica, mas configurado por práticas e acervos que refletem tanto as demandas institucionais quanto as especificidades regionais, apresentando um campo de análise para pensar a articulação entre bibliotecas acadêmicas, sistemas de informação e agendas contemporâneas.

A análise conjunta do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates (CMDPU/MCN/Univates) e das bibliotecas do Instituto Federal do Ceará (IFCE) permite observar trajetórias institucionais distintas, mas atravessadas por um mesmo eixo estruturante: a relação entre memória, informação e desenvolvimento social. Enquanto o CMDPU se origina, em 2007, como iniciativa vinculada ao curso de História e com foco na preservação da memória regional e institucional, as bibliotecas do IFCE apresentam raízes mais longas e se consolidam como suporte fundamental às práticas acadêmicas, ainda que a literatura científica sobre elas permaneça incipiente.

No caso da Univates, o CMDPU destaca-se pelo acervo de mais de 90 mil itens, pela execução de projetos de educação patrimonial e pela articulação entre memória documental e produção científica, com impacto direto no estudo da história do Vale do Taquari. Já no IFCE, as bibliotecas executam função estratégica no apoio à formação cidadã e tecnológica, acompanhando a expansão dos cursos superiores e a consolidação do ensino, da pesquisa e da

extensão, especialmente após a criação dos Institutos Federais em 2008.

As duas experiências indicam diferentes temporalidades: de um lado, o CMDPU emerge como espaço específico de preservação e investigação histórica, vinculado ao fortalecimento da universidade e de sua identidade regional; de outro, as bibliotecas do IFCE acompanham mais de um século de transformações institucionais no ensino tecnológico do Ceará, tornando-se parte integrante da rede de infraestrutura acadêmica da instituição.

Apesar das diferenças, ambos os casos materializam o princípio de que a produção, a preservação e a circulação da informação são dimensões centrais para as instituições de ensino superior. Seja na forma de acervos documentais voltados à memória regional, seja por meio de bibliotecas que apoiam práticas educativas e científicas, observa-se a constituição de espaços de mediação entre conhecimento e sociedade. Nessa perspectiva, CMDPU e bibliotecas do IFCE exemplificam como estruturas de informação e memória podem representar papel decisivo na formação de identidades institucionais e regionais, além de projetarem horizontes para futuras pesquisas acadêmicas sobre memória, ciência e educação.

Os centros de memória e os conjuntos de bibliotecas universitárias exercem funções articuladas à patrimonialização do conhecimento, configurando-se como espaços destinados à guarda, à organização e ao acesso de documentos e fontes de diferentes naturezas. Para além da documentação oficial, leis, decretos, reformas de ensino, registros de instituições, esses espaços concentram-se na diversidade de fontes que podem subsidiar futuras investigações em distintas áreas, incluindo história da educação, história regional e ciências sociais aplicadas.

No contexto da história da educação, observa-se que os centros de documentação abrem caminhos para o estudo de práticas escolares, currículos, manuais, programas, agentes educacionais e cultura material escolar. A patrimonialização desses elementos permite que novas análises sejam realizadas a partir de diferentes perspectivas, oferecendo indícios sobre estruturas institucionais, processos pedagógicos e dinâmicas sociais, além de possibilitar o questionamento e a revisão de pressupostos teórico-metodológicos das ciências atuais (Arriada et al., 2015).

A função de guarda e organização de acervos em centros de memória e bibliotecas universitárias articula-se à promoção de pesquisas futuras. O tratamento documental, a catalogação e a disponibilização de fontes históricas constituem estratégias que garantem acesso a informações que podem ser utilizadas por pesquisadores em investigações diversas, permitindo reconstruções e interpretações sobre processos educacionais, sociais e culturais.

Em um conjunto patrimonial integrado, como aquele composto pelo CMDPU da Univates e pelas bibliotecas de uma universidade, os registros documentais, impressos ou digitais, os objetos de cultura material, os arquivos visuais e iconográficos são tratados como elementos que fornecem pistas para análises históricas, sociológicas e pedagógicas. O trabalho sobre esses acervos envolve sistematização, classificação e disponibilização, de modo a manter a integridade do conjunto e assegurar sua função como recurso para investigações acadêmicas futuras (Santos, 2012).

Assim, os centros de memória e os conjuntos de bibliotecas universitárias configuram-se como estruturas que viabilizam tanto o acesso imediato a informações quanto a constituição de bases de dados patrimoniais para estudos futuros. Eles articulam a guarda de documentos, o registro de experiências e práticas e a patrimonialização de objetos e fontes, com vistas à produção de conhecimento e à continuidade de investigações em múltiplas áreas, incluindo história da educação, história regional, ciências sociais e patrimônio cultural.

Os centros de memória e os conjuntos de bibliotecas universitárias funcionam como estruturas voltadas à patrimonialização do conhecimento e da memória institucional e social. Essa função envolve a guarda e a organização de documentos, livros, arquivos visuais e objetos de cultura material e a constituição de acervos capazes de fornecer suporte a futuras investigações em múltiplas áreas, incluindo história da educação, história regional e ciências sociais aplicadas.

Para além da documentação oficial, como leis, decretos e registros administrativos, os centros de memória concentram-se na diversidade de fontes e memórias que podem subsidiar análises sobre práticas escolares, currículos, programas, manuais e agentes educacionais (Arriada et al., 2015). A patrimonialização desses elementos permite que novas abordagens historiográficas e metodológicas sejam aplicadas, identificando relações entre estruturas institucionais, processos pedagógicos, cultura material e sistemas educacionais.

O livro, principal objeto de interesse das bibliotecas universitárias, constitui-se como bem cultural que pode ser observado sob múltiplos ângulos: funcional, como suporte para registro de informação; sociocientífico, como fonte de dados sobre temas específicos; e material, como artefato que carrega sinais de sua produção, circulação e uso (Rodrigues, 2024). Essa compreensão amplia o papel das bibliotecas na patrimonialização do conhecimento, permitindo que livros e coleções sejam considerados instrumentos de estudo, documentação

de processos históricos e registro de práticas culturais e educacionais.

No caso do CMDPU, a patrimonialização articula-se à manutenção de acervos documentais e de objetos de cultura material relacionados à história regional e institucional. Entre suas atividades destacam-se visitas guiadas e oficinas, nas quais a apresentação da exposição *Ocupação humana no tempo e espaço* e a análise de documentos permitem aos visitantes observar diferentes formas de viver, produzir e se relacionar com o ambiente ao longo do tempo, enquanto experiências práticas, como a escrita com pena e nanquim, promovem a compreensão de técnicas históricas de registro e documentação.

As bibliotecas universitárias, por sua vez, organizam, classificam e disponibilizam coleções que refletem a diversidade cultural e linguística da comunidade acadêmica e regional. A patrimonialização do acervo implica sistematização e registro de informações que possibilitem sua consulta e análise futuras, mantendo registros de práticas, modos de produção do conhecimento e trajetórias institucionais, funcionando como referência para estudos e pesquisas futuras.

A integração entre centros de memória e bibliotecas universitárias configura um sistema de gestão do patrimônio documental e cultural, no qual a guarda e o acesso às fontes permitem reconstruções históricas, análises metodológicas e continuidade de investigações acadêmicas. Tal abordagem reconhece a memória como recurso estratégico para estudos acadêmicos, planejamento institucional e compreensão da dinâmica social, educativa e cultural, conferindo aos acervos funções que transcendem o simples registro, configurando-os como instrumentos de patrimonialização do conhecimento.

A análise das funções realizadas pelo Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates e pelas bibliotecas universitárias dos Institutos Federais evidencia a articulação entre patrimonialização, memória e acesso à informação como elementos centrais para a produção de conhecimento e investigação acadêmica. Tanto os acervos documentais e culturais do CMDPU quanto os livros, arquivos e recursos digitais das bibliotecas universitárias funcionam como instrumentos de registro histórico, análise pedagógica e suporte à pesquisa científica, constituindo bases para a continuidade de estudos em múltiplas áreas, incluindo história, educação, ciências sociais e patrimônio cultural.

O alinhamento dessas funções com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável demonstra a dimensão estratégica desses espaços. O acesso equitativo e universal à informação, promovido por bibliotecas e centros de memória, contribui diretamente para a

educação de qualidade (ODS 4), redução das desigualdades (ODS 10), promoção da igualdade de gênero (ODS 5) e empoderamento comunitário, além de apoiar a inovação, o desenvolvimento regional e práticas sustentáveis (ODS 9, 11 e 13). Ao disponibilizar fontes diversificadas e métodos de análise, esses espaços reforçam a função transformadora da informação, possibilitando que comunidades acadêmicas e regionais participem de processos de produção de conhecimento e tomada de decisão informada.

Dessa forma, o CMDPU e as bibliotecas universitárias configuram-se como instrumentos de patrimonialização e memória que articulam passado, presente e futuro, integrando a gestão de acervos à promoção de acesso à informação e à democratização do conhecimento. Essa articulação evidencia a relevância institucional e social desses espaços, ao estabelecer conexões entre memória, educação e desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção de sociedades mais equitativas, informadas e capazes de utilizar o patrimônio cultural como recurso estratégico para investigações acadêmicas, planejamento institucional e engajamento cívico.

À luz da categoria *patrimonialização do conhecimento*, observa-se que tanto o Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates quanto as bibliotecas do Instituto Federal do Ceará desenvolvem práticas sistemáticas de seleção, organização e preservação de acervos, atribuindo valor cultural, científico e educativo aos documentos sob sua guarda. No caso do CMDPU, essa patrimonialização manifesta-se de forma explícita na constituição de acervos voltados à memória institucional e regional, bem como na incorporação de objetos de cultura material e registros documentais que subsidiam pesquisas históricas e ações de educação patrimonial.

Nas bibliotecas do IFCE, embora a patrimonialização não seja sempre nomeada como tal nos documentos institucionais, observa-se a preservação de registros acadêmicos, produções científicas e coleções bibliográficas que documentam a trajetória institucional e os processos formativos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essas práticas evidenciam a função das bibliotecas como espaços de memória do ensino técnico e superior, articulando informação, história institucional e produção do conhecimento.

A categoria *gestão da memória institucional e regional* evidencia diferenças e complementaridades entre as instituições analisadas. No CMDPU/Univates, a gestão da memória constitui o eixo central de atuação, orientando a organização do acervo, o

desenvolvimento de projetos de pesquisa e a oferta de atividades educativas voltadas à história do Vale do Taquari e da própria universidade. A sistematização de documentos, a curadoria de exposições e a realização de oficinas e visitas guiadas indicam uma abordagem integrada da memória como recurso científico e educativo.

Nas bibliotecas do IFCE, a gestão da memória apresenta-se de forma mais difusa, integrada às rotinas de organização da informação e ao suporte às atividades acadêmicas. A preservação de trabalhos acadêmicos, documentos institucionais e registros das atividades de ensino, pesquisa e extensão mostra uma memória em construção, vinculada à expansão dos cursos superiores e à consolidação da identidade institucional dos Institutos Federais. Essa forma de gestão, ainda que menos explicitamente patrimonial, contribui para a documentação das práticas educacionais e científicas desenvolvidas na instituição.

A análise da categoria *mediação da informação no ensino* demonstra que bibliotecas e centros de documentação atuam como espaços educativos que extrapolam o suporte técnico ao ensino formal. No CMDPU, a mediação ocorre por meio de ações de educação patrimonial, nas quais documentos e objetos são utilizados como fontes para a compreensão de processos históricos, sociais e culturais. As atividades educativas promovidas pelo Centro possibilitam a aproximação de estudantes e da comunidade com métodos de investigação científica, estimulando a leitura crítica das fontes documentais.

Nas bibliotecas do IFCE, a mediação da informação está diretamente relacionada ao apoio às práticas de ensino, pesquisa e extensão. O acesso a acervos impressos e digitais, o uso de sistemas integrados de gestão da informação e a orientação aos usuários configuram estratégias de mediação que contribuem para o desenvolvimento de competências informacionais e científicas. A diversidade do público atendido, que inclui estudantes do ensino médio, da graduação, da pós-graduação e da comunidade externa, reforça o papel das bibliotecas como ambientes híbridos de aprendizagem.

Sendo assim, a categoria *articulação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* permite identificar como as práticas das instituições analisadas se alinham a agendas globais de desenvolvimento. No CMDPU, as ações de preservação da memória regional, educação patrimonial e difusão do conhecimento contribuem para a valorização da identidade cultural, o fortalecimento do vínculo comunitário e a promoção da educação de qualidade, dialogando diretamente com os ODS 4 e 11.

Nas bibliotecas do IFCE, a atuação voltada ao acesso democrático à informação, ao

apoio à formação científica e tecnológica e à integração entre ensino, pesquisa e extensão relaciona-se aos objetivos de redução das desigualdades (ODS 10), inovação e infraestrutura (ODS 9) e educação inclusiva e equitativa (ODS 4). A capilaridade da rede de bibliotecas, distribuída em diferentes regiões do estado do Ceará, amplia o alcance dessas ações, reforçando o papel das bibliotecas como instrumentos de desenvolvimento regional e social.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar, em perspectiva crítica, as manifestações e reconfigurações da tradição da Documentação no Brasil, tomando como lócus de observação a Biblioteca do Instituto Federal do Ceará e o Centro de Memória, Documentação e Pesquisa do Museu de Ciências da Univates, bem como compreender o papel dessas instituições como catalisadoras do ensino e da Agenda 2030. A Análise de Conteúdo realizada sobre documentos institucionais, descrições de práticas e ações desenvolvidas por essas unidades permitiu identificar resultados empíricos que sustentam essa análise.

Os resultados evidenciam que a patrimonialização do conhecimento constitui um eixo comum às duas instituições, ainda que operacionalizado de maneiras distintas. No CMDPU/Univates, a patrimonialização manifesta-se de forma explícita na constituição de acervos voltados à memória institucional e regional, na preservação de documentos e objetos de cultura material e na realização de ações de educação patrimonial. Nas bibliotecas do IFCE, esse processo ocorre de forma menos formalizada, mas é observável na preservação de produções acadêmicas, na organização de acervos bibliográficos e digitais e na documentação da trajetória institucional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

No que se refere à gestão da memória institucional e regional, os resultados indicam que o CMDPU assume a memória como elemento estruturante de suas atividades, articulando preservação documental, pesquisa histórica e difusão do conhecimento para a comunidade acadêmica e regional. Já nas bibliotecas do IFCE, a memória institucional aparece integrada às práticas de organização da informação e ao suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo uma memória em construção, vinculada à expansão dos cursos e à consolidação da identidade institucional.

A mediação da informação no ensino emergiu como resultado central da análise. No

CMDPU, essa mediação ocorre por meio de atividades educativas, oficinas, exposições e visitas guiadas, nas quais os documentos são mobilizados como fontes para a compreensão de processos históricos e científicos. Nas bibliotecas do IFCE, os resultados mostram que a mediação se materializa no acesso a acervos impressos e digitais, no uso de sistemas integrados de informação e no atendimento a públicos diversos, contribuindo para o desenvolvimento de competências informacionais e para o apoio às práticas educativas em diferentes níveis de ensino.

Quanto à articulação com a Agenda 2030, os resultados indicam que as práticas analisadas dialogam diretamente com objetivos relacionados à educação de qualidade, à redução das desigualdades e ao desenvolvimento regional. A atuação do CMDPU fortalece a valorização da identidade cultural e o acesso à memória coletiva, enquanto as bibliotecas do IFCE ampliam o acesso democrático à informação em um território marcado por desigualdades sociais e regionais, evidenciando o papel dessas instituições como agentes locais de implementação de agendas globais.

Do ponto de vista teórico, os resultados permitem afirmar que a tradição da Documentação permanece operante nas práticas dessas instituições, ainda que nem sempre explicitada nos discursos institucionais. A identificação de categorias analíticas comuns aos dois casos reforça a pertinência da Documentação como categoria analítica para a compreensão das unidades de informação no Brasil, contribuindo para o avanço das discussões no campo da Ciência da Informação.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o recorte qualitativo e interpretativo, centrado em dois estudos de caso, o que não permite generalizações empíricas. Ainda assim, os resultados obtidos mostram-se consistentes para atingir os objetivos propostos, oferecendo subsídios teóricos e analíticos para pesquisas futuras que ampliem o corpus e aprofundem a análise das relações entre documentação, ensino e desenvolvimento sustentável.

Conclui-se que os resultados da Análise de Conteúdo demonstram que bibliotecas universitárias e centros de documentação atuam como espaços estratégicos de patrimonialização, mediação da informação e apoio ao ensino, desempenhando papel relevante na produção do conhecimento e na implementação da Agenda 2030 em contextos institucionais e regionais distintos.

Referências

ALMEIDA, J. L. S. de; NORBERTO, J. C. M.; FREIRE, G. H. A. As bibliotecas universitárias como organizações aprendentes: o caso da biblioteca do IFPB campus Sousa. In: Seminário Nacional de bibliotecas universitárias, 18, 2014, Belo Horizonte (MG). Anais eletrônicos...Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun.2016.

ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARRIADA, E.; TAMBARA, E. A. C.; TEIXEIRA, V. B. CEDOC e CEIHE: espaços de preservação da memória escolar. *História da Educação*, v. 19, n. 47, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/57982>. Acesso em: 17 set. 2025.

ARRIADA, E.; TAMBARA, E. A. C.; TEIXEIRA, V. B. CEDOC e CEIHE: espaços de preservação da memória escolar. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 239-257, set./dez. 2015. DOI: [<https://doi.org/10.1590/2236-3459/57982>]

CAMURÇA, T. A.; ARAUJO, I. F.; MORAIS, S. M. P. de. A construção de um sistema integrado de bibliotecas no Instituto Federal do Ceará: motivação, dificuldade e expectativas. In: Congresso brasileiro de biblioteconomia e ciência da informação, 25, 2013, Florianópolis (SC). Anais eletrônicos... Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

DUDZIAK, E. A. Competência em informação: fundamentos, práticas e políticas. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 18-41, maio/ago. 2018. DOI: [<https://doi.org/10.19132/1808-5245242.18-41>]

IFCE. Bibliotecas. Disponível em: <https://ifce.edu.br/ead/cread-pastas/submenu/bibliotecas>. Acesso em: 17 set. 2025.

IFLA. Access and opportunity for all: how libraries contribute to the United Nations 2030 Agenda for Sustainable Development. The Hague: IFLA, 2018. Disponível em: (<https://www.ifla.org>). Acesso em: 17 set. 2025.

IFLA. Libraries and the Sustainable Development Goals: a guide for action. 2. ed. The Hague: IFLA, 2023. Disponível em: (<https://www.ifla.org>). Acesso em: 17 set. 2025.

NUNES, M. S. C. Bibliotecas, informação e desenvolvimento sustentável: contribuições para a Agenda 2030. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 17, p. 1-20, 2021.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero, Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <Disponível em: http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm >. Acesso em: 6 set. 2025.

ORTEGA, C. D. A Documentação como matriz teórica da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 4-20, jul./set. 2017.

ORTEGA, Cristina Dotta. Documentação, memória e usos sociais da informação. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2019. DOI: [<https://doi.org/10.19132/1808-5245251.7-25>]

OS 17 ODS. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 05 ago. 2025.

PALETTA, F. C. Bibliotecas, inovação e desenvolvimento sustentável: desafios para a Agenda 2030. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 17, p. 1-15, 2019. DOI: [https://doi.org/10.20396/rdbci.v17i0.8655564]

RODRIGUES, M. Bibliotecas públicas, patrimônio cultural e atuação governamental: interlocuções possíveis. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 22, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v22i00.8674286>. Acesso em: 17 set. 2025.

RODRIGUES, Marcia. Bibliotecas públicas, patrimônio cultural e atuação governamental: interlocuções possíveis. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 22, p. 1-17, 2024. DOI: [https://doi.org/10.20396/rdbci.v22i00.8674286]

SALDANHA, G. S. Documento, memória e poder: notas para uma epistemologia crítica da Ciência da Informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 31, n. 2, p. 1-15, abr./jun. 2021. DOI: [https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2021v31n2.57141]

SALDANHA, G. S. Memória, documentação e epistemologia histórica da Ciência da Informação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2019.

SANTOS, C. A. As unidades de informação dos Institutos Federais no apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia: um estudo de percepção sociocognitiva com o uso do protocolo verbal em grupo. 2012. 249. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SANTOS, M. A. B.; GRACIOSO, L. de S.; AMARAL, R. M. do. As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 14, n. 2, p. 26, maio/ago, 2018.

UNIVATES. Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates (CMDPU). Disponível em: <https://www.univates.br/mcn/centro-de-memoria-documentacao-e-pesquisa-da-univates-cmdpu>. Acesso em: 17 set. 2025.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Mediação da informação em bibliotecas universitárias: perspectivas contemporâneas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2020.

Submetido em 17 de dezembro de 2025.

Aceito em 08 de janeiro de 2026.

Publicado em 18 de fevereiro de 2026.